



Intervenção

Situação da Agricultura e Apresentação da Resolução do Congresso

Exmas. Senhoras Agricultoras e Senhores Agricultores

Exmas. Convidadas e Convidados

Que grande iniciativa temos aqui hoje, em Viseu!

“Concretizar o Estatuto, Defender a Agricultura Familiar, Lutar pela Soberania Alimentar” é o lema deste 9º Congresso da CNA e da Agricultura Familiar, que é já um sucesso. Contamos com centenas de delegados vindos do Minho ao Algarve, dezenas de convidados e com a presença de inúmeras delegações internacionais.

Em nome da direcção da CNA, agradeço a vossa presença. Mas permitam-me uma saudação especial a todas as agricultoras e agricultores aqui presentes, que tiraram o dia para aqui estar a debater o futuro da nossa agricultura e do desenvolvimento do nosso País.

A todas e todos, muito obrigada.

Nos últimos tempos têm-se agigantado os problemas da Lavoura Nacional. Os impactos da pandemia da COVID-19, os brutais aumentos dos custos para produzir ocorridos desde Janeiro de 2021 e agravados com a guerra e as sanções, a seca rigorosa e prolongada e os incêndios rurais deste Verão acrescentaram, em 2022, mais dificuldades para pequenos e médios agricultores e produtores florestais.

O Governo responde tarde e mal.

As mesmas ajudas são repetidamente anunciadas, mas não se multiplicam, mesmo algumas já eram dos agricultores. Com ou sem sanções, com ou sem seca, já as iriam receber. Pouco dinheiro novo há no sector. Mas pior, todas demoram tempos injustificáveis a serem atribuídas e, no fim das contas, deixam de fora quem mais precisa delas, os pequenos e médios agricultores.

O mercado dito livre continua a estrangular quem produz e o Governo não coloca travão! A opção governativa tem sido sempre favorecer as grandes empresas energéticas ou de venda de fertilizantes e pesticidas, os grandes monopólios da distribuição agro-alimentar, o grande agronegócio.

Não chega o reforço de 20% para 40% da majoração, dos gastos com rações para animais, fertilizantes ou adubos, como não é suficiente o benefício pontual de 10 cêntimos no gasóleo verde.

É urgente regular os preços dos factores de produção, é preciso valorizar e aumentar o desconto no gasóleo e da electricidade verde para os pequenos e médios, assim como nos mercados de fertilizantes, fitofármacos, sementes e alimentação animal.

Seria bom podermos dizer que o aumento que os consumidores sentem hoje nos preços dos bens alimentares estariam (pelo menos) a ser canalizados para quem os produz, mas estaríamos a mentir. A fatia de leão continua a pertencer aos mesmos de sempre, principalmente à grande distribuição, seja nos bens alimentares seja na madeira.

É urgente uma intervenção do Estado de forma à regulação os mercados para garantir justiça na cadeia de valor, com uma regulação e fiscalização efectiva do mercado com regras claras e uma lei que proíba a venda com prejuízo em todos os elos da cadeia de valor.

Portugal aprofunda o défice da balança comercial dos Produtos Agrícolas e agro-alimentares, que em 2021 cresceu para os 3 845,9 milhões de euros e coloca a alimentação da população nas mãos de terceiros.

Se um país decidir que não exporta trigo, pois o mais certo não comemos pão!

Está em causa a Soberania do País, de mãos dadas com o sistema produtivo dominante, imposto pela Organização Mundial do Comércio, que esmaga os preços à produção, as condições sociais, a segurança alimentar, a privatização e degradação dos recursos naturais.

Reafirmamos: a Agricultura e os alimentos não são uma mercadoria qualquer, devem estar fora da OMC e de todos os tratados bilaterais e multilaterais de comércio.

É urgente assumir como desígnio nacional a diminuição dos défices agro-alimentares nacionais, não pensar só na exportação. É urgente priorizar a produção para o mercado interno, por exemplo com a implementação de um programa de compras públicas de produtos locais e da agricultura familiar alargado e apoiado, da promoção dos mercados locais e circuitos curtos de comercialização.

O estratégico e basilar sector Florestal sofre de avalanche legislativa, mas pouco ou nada mudou, a não ser o roubo da tutela das Florestas para o Ministério do Ambiente. Continuamos a afirmar que desligar as florestas da agricultura e do desenvolvimento rural é de quem não mete as mãos na terra, não conhece o sector e muito menos o País.

A cumplicidade dos sucessivos Governos com a grande indústria florestal, a indústria da celulose, os aglomerados, e corticeiras vai, de ano para ano, consolidando-se.

A CNA reafirma a promoção de práticas mais equilibradas, mais sustentáveis, de produção silvícola e o chamado “uso múltiplo” das Florestas com a produção de madeiras, e questão central, preços justos à produção de madeira.

Em alternativa, os povos serranos vêm confirmando as imensas potencialidades da propriedade comunitária, dos Baldios, da sua posse, gestão e fruição.

A CNA, valorizando a história, o património e o percurso dos Baldios em Portugal e o seu movimento, a BALADI – Federação Nacional de Baldios e os Secretariados de Baldios distritais, saúda a concretização dos Agrupamentos de Baldios, importante avanço na melhoria da gestão.

Pela História, Património e pelo direito inalienável dos Compartes e das comunidades repudiamos qualquer forma de discriminação aos Baldios e aos seus feitores que funcionam em autogestão. Injustificável, inconstitucional e inaceitável.

Do ponto de vista ambiental, e quando os pequenos e médios agricultores sofrem brutalmente com os eventos climáticos extremos, importa olhar o modelo agrícola e de distribuição e comercialização que se tem privilegiado. No acesso à água, o papel do Estado não pode ser só o de financiar a construção de barragens e redes de rega, devendo assumir a sua gestão e ter uma palavra a dizer sobre a finalidade das áreas regadas e as produções a instalar. O modelo de produção monocultural e superintensivo instalado

em Alqueva é errado, deve ser corrigido e não deve ser replicado, já que não serve o desenvolvimento da região, do País e muito menos das populações que lá moram. Serve sim um punhado de grandes grupos económicos e fundos de investimento que se instalaram na região.

Mas o caminho está traçado, a dificuldade do acesso à terra, com a sua progressiva concentração e a “culpabilização” dos pequenos proprietários florestais pelos grandes incêndios tem aprofundado as tentativas de roubo da terra.

Os pequenos e médios proprietários não são culpados, são vítimas! Devem ser ajudados a manter as suas propriedades e não espoliados do seu parco património.

Reafirmamos, não é a pequena propriedade o problema, nunca o foi. Pelo contrário, somos a solução para uma alimentação saudável, para manter aldeias e vilas vivas, para garantir Soberania Alimentar do país.

A CNA considera e reafirma que é urgente caminhar:

- **Na aposta nas variedades e produções tradicionais;**
- **Para o modelo de Produção Agroecológico em Portugal, tendo a pequena média agricultura como ponto de partida e a Soberania Alimentar como destino;**
- **Na criação uma verdadeira estratégia nacional para a seca quer na prevenção quer de mitigação dos seus efeitos;**
- **Na concretização de um Plano Nacional de Regadios que, por um lado, aposte na construção de novos equipamentos e barragens, assim como a conclusão de obras eternamente inacabadas como os regadios da Cova da Beira ou do Baixo Mondego.**
- **Na constituição de um sistema de gestão do risco que passe por ter seguros agrícolas com gestão pública, com coberturas adaptadas à nossa realidade e onde se apoiem os agricultores e não as seguradoras.**

Os acelerados processos de digitalização estão profundamente direccionados para um tipo de agricultura de grande escala e uma “tipologia” de agricultor com capital para investir. Não é, de todo, a realidade da agricultura familiar. Agudiza-se a democratização no acesso e no uso de novas técnicas e tecnologia criando um fosso entre produtores e produtividades.

Na transferência de conhecimento, tarefa fundamental para a transformação, a solução está no apoio dado pelas suas Organizações de Agricultores que, para o fazer, têm de estar dotadas das condições mínimas no plano técnico, logístico e financeiro.

- **É urgente o apoio a estas estruturas que estão no terreno, que conhecem profundamente as dificuldades e potencialidades de cada terra e de cada agricultor.**
- **Exige-se uma investigação e desenvolvimento viradas para as explorações agrícolas do minifúndio, por isso a CNA foi pioneira da criação de um Centro de Competências para a Agricultura Familiar e Agro-ecologia, o CeCAFA, em Dezembro de 2021;**
- **Importa garantir o acesso às telecomunicações e internet em todo o território;**

Particularmente o trabalho das mulheres (no campo, em casa e na vida) é invisibilizado e por isso muito precarizado, com enormes impactos na garantia de uma vida digna. Hoje há retrocessos evidentes no

combate às desigualdades de género e sem a adopção de políticas de desenvolvimento territorial que tenham em conta as necessidades do Mundo Rural e da vida das mulheres camponesas.

É urgente a reposição de serviços públicos, como escolas, centros de saúde, delegações bancárias e transportes.

É urgente que as políticas públicas e os investimentos para a promoção da igualdade.

Senhores agricultores,

Somam-se milhares de euros de prejuízos causados por animais selvagens nas explorações agrícolas, como os Javalis. São perdidas produções, estragos em estufas, vedações e sistemas de rega, muitos agricultores deixam mesmo de produzir: o gasto é maior que o arrecadado. Cada um de vós sabe bem do que falamos.

Mas da parte do Ministério da Agricultura e do ICNF, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, só vemos desculpas de mau pagador. Não podem ser os agricultores a alimentar os animais selvagens.

A CNA e filiadas, uma vez mais sempre ao lado dos agricultores das suas filiadas realizou um conjunto de acções de protesto na rua e reuniu um abaixo-assinado entregue na Assembleia da República que se exige que tenha o devido tratamento.

- **O Governo tem de assegurar que as “indenizações” pelos prejuízos provocados por animais selvagens sejam pagos à Agricultura Familiar e aos Agricultores pelo ICNF, e depois o ICNF que vá exigir o pagamento a quem considere de direito.**
- **Tem também de concluir o estudo relativo à evolução das populações destas espécies e implementar medidas de controlo adequadas a cada situação.**

Sabemos onde estão os culpados da situação difícil que acabo de descrever. A Política Agrícola Comum e os Governos têm culpa no cartório. Desde que é aplicada em Portugal foram eliminadas mais de 400 mil explorações (em particular as mais pequenas). A nova PAC, que entra em vigor já 1 de Janeiro de 2023, continuará o caminho da liberalização total dos mercados, continuará a distribuir ajudas sem obrigatoriedade de produzir uma batata que seja e distribuídas de uma forma muito desigual. Acentua e aumenta as assimetrias entre países, regiões e agricultores.

A CNA propõe uma PAC diferente: ajudas só a quem produz, moduladas e plafonadas, que reconheça que trabalhar 1ha de montanha não é igual a 1ha numa planície, que o apoio ao esverdeamento olhe a exploração agrícola como um todo, que crie igualdade e democracia no acesso aos apoios públicos.

Por fim, mas não menos importante, importa referir a situação do Estatuto da Agricultura Familiar. Aprovado na sequência da iniciativa da CNA, o Estatuto foi, podemos dizer, boicotado, à partida pelos que o criaram. Não apenas no imediato com critérios muito estreitos e com poucos ou nenhuns benefícios, como ainda com alterações apertando ainda mais esses critérios, o que leva a que, de um universo de mais de 240 mil potenciais titulares, apenas estejam activos pouco mais de 700.

Isto talvez explique que na Nota Explicativa do Orçamento do Estado, onde o Governo reconhece, que o Ministério tem menos 1200 trabalhadores que o quadro aprovado, número que, ano após ano vai

reduzindo, que este ano vai deixar de utilizar mais de 140 milhões de euros aprovados no Orçamento, que tanta falta fariam à Agricultura Familiar, e, pior do que isso,

prevê já que para o ano terá um saldo positivo de 23 Milhões de euros, não utilize uma vez que seja a expressão agricultura familiar.

Foi a força, organização e proposta dos agricultores e da CNA que criou o Estatuto da Agricultura Familiar e cresce o movimento pelo reconhecimento da sua importância, da necessidade dum alimentação de proximidade, com os nossos produtos, em defesa do nosso património e da nossa Soberania Alimentar.

Está criado, mas longe de estar concretizado.

Não nos resignados até que na sua diversidade, todas as explorações agrícolas familiares portuguesas estejam enquadrada no EAF e sejam a prioridade das políticas agrícolas.

Exmos. Convidados

Caros Agricultores,

O que nos move é a defesa dos pequenos e médios agricultores, a valorização da Agricultura Familiar e o desenvolvimento do País. Foram estas lutas e estes desígnios que nos trouxeram até aqui, que fizeram da CNA aquilo que ela é hoje, uma força reconhecida, no País e fora.

E se não formos ouvidos, sabem bem onde nos encontrar: nos campos e na rua, como temos estado, em acções de protesto e reclamação, em luta pelo direito à terra que trabalhamos e pelo direito à justa remuneração das nossas produções.

Viva a CNA e suas Filiadas!

Viva a Agricultura Familiar Portuguesa!

Viva Portugal!

6 de Novembro, Viseu

Laura Tarrafa, Executivo da CNA